

Habilitações Académicas:

Licenciada em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (1979)

Membro da Ordem dos Engenheiros n.º 31388

Actividade Profissional:

Ingressou na Função Pública em 1979, para a Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Rural (DGHEA), como Engenheiro de 2.ª classe, exercendo funções na Divisão de Estruturas Hidráulicas.

Passou a Assessor Principal do quadro do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente em 2002.

Coordenadora Nacional do Programa de Pequenos Regadios Individuais do PEDAP, integrada na DGHEIA, de 1985 a 1991.

Chefe de Divisão de Estruturas Hidráulicas da DGHEA, entre 1991 e 1993.

Chefe de Divisão de Obras e Fiscalização, do Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente ao qual sucedeu o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, entre 1999 e 2007.

Chefe de Divisão de Engenharia Agro Rural, em substituição, na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, por despacho de 23 de Março de 2007 do DGADR, situação em que se encontra.

Despacho (extracto) n.º 3780/2009

Por meu despacho de 31 de Dezembro de 2008:

António Cordeiro de Brito técnico especialista, da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal do ex-IHERA, reclassificado nos termos do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior, escalão 3 índice 500, do mesmo quadro considerando-se exonerado do anterior lugar, com efeitos reportados à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

Em cumprimento do disposto nos artigos 34.º e 41.º ambos da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, foi publicitada na “BEP — SigaME” a oferta para reinício de funções por tempo indeterminado no âmbito da categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, com o código P20087682, de 5.12.2008, não tendo sido apresentadas quaisquer candidaturas.

6 de Janeiro de 2009. — O Director-Geral, *José R. Estêvão*.

Despacho (extracto) n.º 3781/2009

Por meu despacho de 31 de Dezembro de 2008:

João Alberto Salgueiro, técnico de 1.ª classe, da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal do ex-IHERA, nomeado em comissão de serviço extraordinária, para exercer funções correspondentes à da carreira técnica superior, pelo período de um ano, correspondente ao período de estágio, optando pela remuneração de origem, escalão 2 índice 355, do mesmo quadro, nos termos do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos reportados à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

Em cumprimento do disposto nos artigos 34.º e 41.º ambos da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, foi publicitada na “BEP — SigaME” a oferta para reinício de funções por tempo indeterminado no âmbito da categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, com o código P20087862, de 5.12.2008, não tendo sido apresentadas quaisquer candidaturas.

6 de Janeiro de 2009. — O Director-Geral, *José R. Estêvão*.

Despacho n.º 3782/2009

Considerando que os cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e de acordo com os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, nomeio para o cargo de Chefe de Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada Maria Alexandra Aguiar Canongia Lopes de Correia Diniz.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

De acordo com o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

7 de Janeiro de 2009. — O Director-Geral, *José R. Estêvão*.

Sinopse curricular

Dados Pessoais:

Nome: Maria Alexandra Aguiar Canongia Lopes de Correia Diniz
Data de Nascimento: 22 de Março de 1970

Habilitações Académicas:

Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, no Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, com a tese “A Conservação da Natureza na Política Agrícola Portuguesa”;

Licenciatura em Engenharia Agronómica — Ramo de Economia Agrária e Sociologia Rural, no Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência Profissional:

Chefe da Divisão de Valorização do Ambiente Natural e do Património Cultural, na Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural desde Abril de 2001.

Exercício de funções de coordenação e acompanhamento da componente agro-ambiental e Indemnizações Compensatórias do Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 (RURIS).

Colaboração em Projectos de investigação, fora de intercâmbio de conhecimento e participação em reuniões nas instâncias comunitárias, no âmbito da Política de Desenvolvimento Rural.

Chefe de Divisão de Engenharia Agro Rural, em substituição, na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, por despacho de 23 de Março de 2007 do DGADR, situação em que se encontra.

Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.**Aviso n.º 2703/2009**

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de Maio, torna-se público que, no ano de 2009, os valores da Taxa de Certificação a cobrar pela Comissão Vitivinícola da Bairrada são os constantes do quadro seguinte:

Recipientes/capacidade	VQPRD	VEQPRD	Aguardente bagaceira
Igual ou inferior a 0,25 l	0,0062 €/unidade		
Superior a 0,25 l e igual ou inferior a 0,5 l	0,0145 €/unidade		0,0375 €/unidade
Superior a 0,5 l e igual ou inferior a 1 l	0,0289 €/unidade	0,0289 €/unidade	0,075 €/unidade
Superior a 1 l e inferior a 2 l	0,0429 €/unidade	0,0429 €/unidade	0,15 €/unidade
Igual ou superior a 2 l	0,0578 €/litro (ou fracção)	0,0578 €/litro (ou fracção)	

26 de Janeiro de 2009. — O Presidente, *Afonso Correia*.

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes****Despacho n.º 3783/2009**

Considerando que, pelo despacho melhor identificado no quadro cuja publicação se promove em anexo, foi declarada a utilidade pública da

expropriação da parcela de terreno necessária à construção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto;

Considerando que, por razões de ordem técnica relativas à execução dos trabalhos, surgiu a necessidade de rever e alterar o projecto;

Considerando também as vicissitudes que ocorrem ao longo da tramitação do processo expropriativo, cujo suporte formal cadastral se revela desadequado da realidade ora constatada, designadamente no que respeita aos interessados;